

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA ENTRE A BUSCA DO IDEAL E A CONSTRUÇÃO DO POSSÍVEL, O REAL

ENTREVISTA COM **GUSTAVO FERREIRA DA COSTA LIMA**

CONCEDIDA À BÁRBARA DE CASTRO DIAS

O Professor Gustavo Ferreira da Costa Lima¹ foi o quarto entrevistado em nossa pesquisa de mestrado: "Em Busca de uma *Práxis* em Educação Ambiental Crítica: contribuições de alguns pesquisadores do Brasil"². Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas.

Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba - UFPB e atua no Departamento de Ciências Sociais, no Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e meio Ambiente - PRODEMA e colaborador no Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS, todos na UFPB.

Tem experiência na área de Sociologia Ambiental, com ênfase em Educação e Sociologia Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, políticas públicas ambientais, mudanças climáticas e ambientalismo.

Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/8153297424559789>.

O professor Gustavo Ferreira da Costa Lima foi o pesquisador apontado pelo professor Philippe Pomier Layrargues, para que a pesquisa seguisse a sua proposta de desenvolvimento: os três pesquisadores inicialmente selecionados deveriam ao final de sua entrevista, indicar outro pesquisador. As demais indicações ocorreram da seguinte maneira: (1) Mauro Guimarães indicou Victor Novicki; e (2) Carlos Frederico Bernardo Loureiro indicou Michèle Sato.

Realizamos a entrevista do Gustavo, mediados por uma ligação telefônica, já que atualmente ele reside em Recife e trabalha na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Apesar da aparente distância na comunicação por telefone, o professor pode colaborar de maneira bastante profunda com a enumeração de uma série de elementos, os quais em sua concepção poderiam pertencer a uma *práxis* crítica da

¹ A autorização para a publicação dessa entrevistas foi concedida pelo professor Gustavo Ferreira da Costa Lima, via e-mail, mediante algumas ponderações/correções realizadas pelo mesmo.

² DIAS, B.C. Em Busca de uma *práxis* em Educação Ambiental Crítica: Contribuições de alguns Pesquisadores do Brasil. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, RJ, 2013.

educação ambiental, são eles: Crítica à cultura dominante; contextualização de como se dá a relação entre sociedade e natureza; formação de indivíduos autônomos; crítica ao sentido epistemológico de ser reconhecido apenas um tipo de conhecimento; aprofundamento das discussões éticas; destaque ao elemento político por trás das questões socioambientais; e reconhecimento do elemento pedagógico, como essencial na abordagem e discussão de todos os elementos, acima citados.

Outro ponto destacado pelo professor, é a busca pela realização de uma educação ambiental crítica real, que entenda que existe sim o ideal, mas que se fixar apenas nesse fato, ela se afasta de uma *práxis* possível. Mais que isso, ele entende a educação ambiental crítica como um processo, e não como um produto como alguns erroneamente querem que ela seja: "Digo isso porque muitas vezes parece que a educação ambiental crítica é um produto e ela não é exatamente um produto, é uma tentativa de processo que no caso nasce da crítica a alguma coisa a qual reage."

Segue abaixo a entrevista com o professor Gustavo Ferreira da Costa Lima:

Bárbara: Quais seriam os elementos da *práxis* de uma educação ambiental que se propõe crítica?

Gustavo: Em termos introdutórios, eu diria que a educação ambiental crítica, em certo sentido, é um ideal que já tem uma carga utópica, que nasce da observação de uma prática que foi entendida como conservadora, como conservacionista. Digo isso porque muitas vezes parece que a educação ambiental crítica é um produto e ela não é exatamente um produto, é uma tentativa de processo que no caso nasce da crítica a alguma coisa a qual reage. Não é isso que queremos; isso já foi atingido. Quando se fala sobre uma crise ambiental, que é profunda, que já começa a ser duradoura, percebe-se que se fizermos o que sempre foi feito não contribuiremos com a mudança; se queremos mudar temos que procurar outros caminhos. Por que dizer isso? Porque às vezes, ao observar a prática, verifica-se que a mesma não está batendo com a teoria, não está perfeita, não é o ideal. Isso significa que o ideal é o ideal e a outra coisa é o possível. Então, muitas vezes os professores e as escolas estão buscando uma coisa a qual não conseguem chegar: ao ideal. Nem por isso eles deixarão de tentar. Assim, o que estou querendo colocar como preliminar, é que há uma distância entre o que é o ideal e o que é o possível, entre o que é produto e o que é o processo.

Bárbara: Mas, no caso, a educação ambiental crítica seria o ideal?

Gustavo: É nesse sentido que estou falando. Que esse ideal se oriente por algumas premissas, por algumas propostas, por alguns eixos.

Bárbara: Podemos falar mais sobre isso?

Gustavo: Com certeza, como se fosse uma segunda parte da sua pergunta.

Bárbara: Vou lembrar a pergunta: Quais os elementos de uma *práxis* de uma educação ambiental que se propõe crítica?

Gustavo: Eu diria que esses elementos seriam, em primeiro lugar, a crítica no sentido de uma avaliação sobre a cultura e sobre a educação que é realizada. Acho que se pode pensar na educação como tendo duas grandes funções: a social e a geral. Uma função de reproduzir a cultura, ou seja, quando as crianças estão crescendo são socializadas para aprenderem como vivem os seus pais, as pessoas do seu meio e, inclusive aí, como se relacionam com a natureza e tudo em volta. Então há a função de reproduzir a cultura, essa é uma função. A outra é a da cultura em si, aí se vê que, se a educação está tomando um rumo obsoleto, destrutivo, não cabe a ela apenas repetir o passado, isso é uma parte da história; a outra parte seria revisar o passado e atualizá-lo para o presente. Ou seja, o que os nossos pais estão fazendo, como eles se relacionam entre si e como se relacionam em sociedade: de forma cooperativa ou competitiva? Eles são tolerantes ou intolerantes? São colaboradores ou destruidores? Essas perguntas deveriam ser feitas pela educação. Todas as vezes que a educação concluísse que a cultura não estaria em um bom caminho, o da geração do bem-estar, da promoção da igualdade, da justiça e aí também entra a preservação do meio, entraria a crítica, para julgar a cultura, avaliá-la e propor mudanças. Essa é a colocação preliminar.

Outro elemento seria, por exemplo, avaliar como é que se dá a relação entre a sociedade e a natureza. Essa compreensão seria um elemento da educação crítica ver se é uma relação de respeito, se é de mercado, se objetiva tratar a natureza apenas como recurso: ao olhar uma árvore só pensar quantos dólares ela valeria se fosse derrubada e vendida como madeira; ou então olhar para um lago e pensar na mercantilização, no seu valor monetário. É o que se assiste no mundo de hoje. A nossa sociedade tem sido muito marcada pela prevalência do econômico; pessoas tais como gerentes, empresários, agentes públicos (é claro que não são todos, mas a grande maioria) e o próprio sistema e também a cultura estão contaminados por essa razão econômica; as pessoas estão olhando para a natureza procurando energia, matéria prima e buscando recursos de uma maneira muito instrumental, muito financeira e não a olham como um bem-estar, como beleza, e qualidade de vida. É o que penso que deveria prevalecer. Esses são os elementos para avaliar a qualidade dessa relação sociedade/natureza.

Outro elemento dessa educação ambiental crítica seria que os indivíduos pudessem pensar e tomar decisões com autonomia, em vez de serem educados somente para resolver problemas, técnicos ou não, ou apenas para repetir o que a

cultura exige e o que o professor manda. Seria bom que ele pudesse ter um centro interno de compreensão autônoma e de decisão, que ele fosse capaz de pensar por si mesmo. Acredito que a educação tem essa função. Nesse aspecto podemos dizer que, em certo sentido, educar é promover a liberdade. Há uma discussão, sobre colocar finalidade para a educação, então se fala em educação para a sexualidade, educação para a cidadania e educação para o desenvolvimento sustentável, de certa maneira, quando se faz isso, já está restringindo o olhar da pessoa e não está dizendo: "olhe e tome suas decisões". Todo indivíduo tem capacidade de pensar com liberdade e com autonomia, mas se isso não é permitido e não é exercitado, ele vai pensar apenas no que a cultura, o sistema educacional e o sistema social permitem. Nesse caso, a capacidade do indivíduo está sendo reduzida.

Bárbara: Já falamos do primeiro elemento, que seria compreender a relação sociedade/natureza e do segundo, que seria estimular os indivíduos a pensarem por si mesmos. Há outro elemento?

Gustavo: Sim. Outro elemento seria o epistêmico, no sentido de perguntar e de avaliar qual é o tipo de conhecimento que se usa. Ou seja, usamos conhecimento disciplinar ou interdisciplinar? Conhecimento unidimensional ou multidimensional? Na direção de um pensamento mais complexo? O conhecimento que se usa está ajudando a libertar as pessoas ou ele ajuda a aprisioná-las? Enfim, esse seria um elemento epistêmico, epistemológico, no sentido de uma educação que pensa que o próprio conhecimento está certo. Será que a ciência é o único conhecimento válido, ou ela precisa se abrir a outros conhecimentos como o tradicional das populações tradicionais, como o artístico, ou como os de outras modalidades de conhecimentos?

O que se assiste e se constata é que a ciência se coloca numa posição como se fosse o único saber válido e meio que descarta o religioso e o artístico, o senso comum é descartado como uma coisa inferior. Há autores, como o Boaventura Santos, que vão dizer que precisamos resgatar o senso comum, pois ele também tem força e sabedoria; é preciso ver isso também quando se vai analisar o conhecimento que se usa. É um conhecimento democrático? Está procurando construir de uma forma participativa, ou ele é um conhecimento autoritário de cima para baixo? Muitas vezes isso acontece também no processo educativo, quando o professor diz: "eu sei e você não sabe", e a tarefa do aluno é imitar o professor e o aluno nota dez é aquele que repete igualzinho àquilo que o professor diz. Não seria melhor se o aluno pudesse pensar por si mesmo, se o conhecimento científico é o único válido, que temos que simplesmente dizer amém a ele e não interrogá-lo e não questioná-lo? Entenda que não estou eliminando a figura do professor, mas eliminando essa relação de poder. Então, esse é o elemento de uma crítica no sentido epistemológico de avaliação do conhecimento.

Acho que há outro elemento fundamental que é a questão ética. Quando falamos em ética estamos falando de valores. Então, de algum modo também estamos falando de cultura; E quais são os valores dominantes na cultura da sociedade brasileira nos dias de hoje? Podemos pensar também na sociedade mundial, em vários planos, do local até o global. Entendo que hoje, a minha compreensão é de que os valores pautam nossa vida, nossa cultura e nossa sociedade são de muita competição. São valores que nem sempre dão muita tolerância à diversidade, existe uma valorização muito grande dos aspectos produtivos e econômicos e, assim, a questão solidariedade é um pouco prejudicada.

Bárbara: E o que podemos concluir sobre esse aspecto?

Gustavo: Hoje em dia o que mais existe é a ideia do indivíduo, do individualismo, da "minha" carreira, do pessoal, do individual e há também a questão do consumo, se pensarmos na relação entre o ter e o ser, hoje em dia a visão do que a pessoa de fato é, se tornou menos importante do que o que ela aparenta ser, ou então até do que ela tem. Frequentemente julga-se a pessoa pela posição que ela ocupa, pela sua conta bancária, pelos produtos que ela usa, e muito menos, às vezes, pelas qualidades humanas, éticas, valorativas que tem. Acho que esse elemento ético é muito importante e creio também que ele anda em baixa na atual conjuntura. Vivemos num mundo muito mais técnico, mais econômico e pouco ético, em muitas situações, chega-se a pensar que tudo virou pelo avesso e que está tudo de pernas para o ar. Muitas coisas que deveriam ser importantes já não o são mais, a própria palavra ética ficou difícil de pronunciar, ou porque ela tem sido banalizada ou porque ela se tornou tão fora do contexto que as pessoas quase riem ao ouvi-la; num meio acadêmico dá para falar em ética e num debate ético, mas em um ambiente corporativo e empresarial falar em ética é mais difícil.

Barbara: E na sua compreensão por que isso acontece?

Gustavo: Porque as metas são outras: é a eficiência, a produção, a rentabilidade. Então, particularmente falando, uma das questões mais críticas que estamos vivendo coletivamente e também no plano individual é essa falência da ética, essa inversão. Então, costumo dizer que temos assistido a uma substituição dos fins pelos meios. Se pensarmos que a ética está mais relacionada com os fins, ou seja, com os objetivos sociais, e a técnica com os meios, o instrumento que utilizaremos para atingir um fim será a técnica, então ela é um meio para alguma coisa. O fim, por exemplo, quando trata de um debate ético: "Em que tipo de sociedade gostaria de viver?" "Em que tipo de sociedade gostaria de criar seus filhos?" É do tipo ligado à sociedade e ao desenvolvimento que se deseja para o Brasil. Um debate ético que também é político, mas é pouco realizado.

Bárbara: Isso quer dizer que deveríamos investir mais em debates dessa natureza.

Gustavo: Faz-se muito debate técnico e uma das inversões que tem ocorrido é essa: o técnico se tornou mais importante que o ético, que ficou em segundo plano. É a mesma coisa quando se vê a relação entre economia e sociedade. A economia, na verdade, é um meio para que a sociedade possa viver de determinada maneira, melhor ou pior; mas afinal ela é da ordem dos meios, e hoje em dia a economia se tornou um fim, Isso quer dizer que já não se fala tanto na sociedade ou no tipo de relação que gostaríamos de ter, porque a economia está ocupando todos os espaços. Creio que esse elemento ético, assim, de uma maneira resumida, seja outro elemento de uma educação ambiental crítica. Nesse sentido acho que seria interessante pensar quais são esses valores éticos que estão dominando o nosso mundo e depois entender que esses valores não são eternos, eles são construídos pela própria sociedade. Ora, se eles são construídos, podem ser desconstruídos (não estou dizendo que seja fácil), mas tudo que é construído pode ser desconstruído e pode ser reconstruído sob uma nova orientação.

Então acho que esse debate cabe à educação e isso não significa que serão impostos valores, porque não se pode impor. Na verdade, tudo que é imposto não se sustenta, nem regimes e nem governos, porque na hora em que se tira a vigilância aquilo cai. Embora não se possa impor valores pode-se discutí-los, pois isso é possível de ser feito e a educação pode fazer isso muito bem. Quais são os valores? Eles não são os únicos possíveis, existe uma ou mais alternativas; claro que isso não é fácil, depende de toda uma discussão social sobre se levantar alternativas. E é um processo histórico também, que não ocorre do dia para a noite, mas que é possível. Então há possibilidade da educação discutir, como outras sociedades e outras tradições viveram; como enfrentaram os mesmos problemas que nós hoje enfrentamos. Se pensarmos nas sociedades tradicionais, ou mesmo nas tradições religiosas, como é que o cristianismo pensa na questão da igualdade e da relação com o meio ambiente? Como é que o budismo, eventualmente, considera essa questão com o meio ambiente? Será de forma respeitosa ou de forma predatória? Enfim, analisar como outras culturas e outras sociedades viveram, como enfrentaram o problema e ver se podemos aprender alguma coisa com eles e também com os indígenas.

Bárbara: São culturas bem diferentes, não é?

Gustavo: Isso se a gente pensar nos índios brasileiros, na relação que eles têm com a natureza, os ambientes estão aí há séculos, não é que ali não viva ninguém, é que existem culturas que se relacionam de uma forma diferente. Não estou querendo

dizer que vamos voltar à sociedade indígena, não é isso. Mas acho que o debate ético permite essa digitação, há alternativas, há formas diferentes de organização, de relação com o ambiente, então creio que podemos aprender muitas coisas e não ficar achando que esse nosso modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal é o único possível, e de que ele é eterno. É esse o sentido dessa discussão ética, desse elemento ético. Dentro disso podemos debater uma série de dilemas como, por exemplo, entre economia e ecologia, entre o que é público e o que é privado, entre saber e poder; é isso que esse debate ético pode tratar e pode ser interessante. Fica então esse elemento ético.

Bárbara: A questão ambiental, sob sua ótica, também é fruto de conflitos de interesses?

Gustavo: Veja bem, o último elemento que eu mencionaria é o elemento político. E o que seria esse elemento político? Seria exatamente uma tentativa de politizar essa relação sociedade x ambiente, de entender que ele não é uma relação neutra, que existem interesses diversos e diferentes, existe hierarquias e conflitos. Quanto à questão ambiental, há alguns autores que a colocam nos termos de que ela é uma questão que provém de conflitos entre interesses públicos e privados. Ou seja, quando determinados grupos utilizam a natureza para usufruir benefícios financeiros, para ganhar dinheiro em detrimento dos outros está sendo criando um problema ambiental que seria eminentemente um conflito entre o público e o privado. Toda vez que olho para um rio e anuncio: "aqui vou fazer a Usina Belo Monte"; vejo um pasto e digo: "aqui vou plantar soja", estou obtendo benefícios privados/particulares se sou empresa, ou se sou o próprio estado, em detrimento do restante da população.

Pesquisando veremos que, no fundo, todo problema ambiental tem esse conflito. Em qualquer população todas essas situações existem; se voltarmos à colonização, veremos que tínhamos aqui os nativos brasileiros e depois vieram os portugueses. Jose Augusto Pádua diz: "o Brasil é problemático, porque ele já tem nome de mercadoria: Pau-Brasil", então a coisa se iniciou um pouco torta; não foi um grande objetivo, foi um objetivo menor, de ganância, de apropriação e de exploração. Portanto, a história é repleta de exemplos em todos os processos de colonização; veremos o que os franceses fizeram na África, o que os alemães fizeram na África do Sul, o que os portugueses fizeram no Brasil e o que os espanhóis fizeram aqui na América do Sul, tudo em nome da prata, do ouro e de recursos naturais; e isso fazendo barbaridades contra as populações nativas, eventualmente aqueles que se opunham e resistiam.

Bárbara: Foi muita violência?

Gustavo: Essa violência ainda existe. Lógico que os países centrais do capitalismo escondem isso, mas quando averiguamos, descobrimos que a riqueza deles não começou assim, ela não é uma riqueza apenas do mérito (meritória), porque eles trabalharam muito; o próprio Marx fala do processo de acumulação primitiva, da escravidão, da depredação ambiental numa série de violências de dilapidação da natureza. Em minha opinião, essa questão do elemento político é um elemento da educação ambiental crítica. A educação ambiental, de maneira geral, é muito influenciada pelas ciências naturais e isso não é nenhum demérito, é uma virtude. Ela foi influenciada por esse pioneirismo, o que é muito meritório, porque os primeiros a constatarem a devastação foram os biólogos, os pesquisadores e os geólogos, que começaram a observar o desaparecimento de espécies. No livro "Primavera Silenciosa", a autora Rachel Carson, cita isso: "...chega a primavera e os pássaros que deveriam estar cantando não cantam, porque o uso excessivo de inseticida contamina as minhocas, os pássaros as comem e morrem..." Assim, os cientistas naturais foram os pioneiros nessa denúncia e na luta ambiental. Mas esse conhecimento fragmentado dos problemas ambientais muitas vezes levou a uma compreensão que não incorporava muito às questões sociais e políticas. Então a educação ambiental crítica debate um pouco isso.

E vamos dizer que a questão ambiental não é um problema da natureza? Que ela não aparece na natureza? Ela se manifesta na natureza, o efeito é na natureza, mas a causa é a social: ela decorre da forma como os seres humanos se organizam para produzir e sobreviver e para se relacionar com a natureza e com o meio ambiente. Dessa forma, o efeito aparece na natureza, mas ela não é a causa; a natureza é inocente, é a vítima de arranjos sociais e econômicos que são: a degradação e a devastação de quem a está vendo apenas como uma perspectiva econômica. Então acho que o elemento político é esse: de trabalhar essas questões e mostrar que existem conflitos, mostrar que todas as pessoas têm uma cidadania política; todo mundo tem direito a voto.

Fala-se hoje de uma cidadania ambiental, em que temos direito a um ambiente saudável, um ambiente limpo. Quando trabalhamos com elemento político, naturalmente puxamos os conflitos, a questão dos direitos da cidadania ambiental e, também, participamos de todos os processos que ameaçam a qualidade de vida pública, Com essa ideia de justiça ambiental buscamos o responsável. Agora, por exemplo, esse debate sobre mudança climática: isso vem muito à tona, há os que dizem não, mas foram os países do Norte que começaram primeiro, que se industrializaram. Existe essa questão das responsabilidades e o conceito que o próprio IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) – diz que todos são responsáveis, mas de uma maneira bem diferenciada.

O Brasil, por exemplo, tem sua responsabilidade: as emissões brasileiras são muito ligadas a desmatamento – há a questão da plantação de soja, da criação de gado, a devastação da mata atlântica, e isso se aceita. Esse já é um conceito, um consenso mais ou menos estabelecido de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. A justiça ambiental já está tratando disso: como é que se distribuem as responsabilidades sobre os problemas ambientais, isso significa, também, a responsabilidade de recuperar os danos e de como se distribuem os riscos decorrentes do processo de crescimento. Já é sabido, e no processo de mudança climática aparecem as análises que dizem que os mais pobres serão os mais afetados e isso por várias razões: primeiro, porque eles têm pouco conhecimento sobre o assunto; depois, porque eles são muito fixos, não têm possibilidade de mudar, como a pessoa que mora na beira de uma encosta, mas não tem como sair dali; os gestores nem entendem: o homem está na beira de um barranco, está chovendo e provavelmente a casa vai cair e ele não sai. Mas por que ele não sai? Provavelmente porque ele não tem para onde ir. Ele não tem alternativa. Os mais ricos quase sempre têm uma casa na praia, no campo ou em Miami. Eles têm alternativas, até mesmo se o Brasil afundar. O sonho dos ricos é esse: se o Brasil afundar eu vou para Paris, vou para Miami. O sonho dos americanos é ir para a Lua ou para Marte. Já estão pensando em colonizar outros planetas.

Bárbara: Você já respondeu as questões apresentadas, pontuou os elementos e com certeza a contribuição da educação ambiental crítica está dentro desses elementos.

Gustavo: Se me permitir vou falar mais uma coisa sobre os elementos a que me referi: os críticos, os epistemológicos, o ético e o elemento político, que rebatem uns nos outros.

Bárbara: Fique à vontade.

Gustavo: É muito difícil separar o ético do político, o crítico do epistemológico, porque são coisas muito relacionadas. Gostaria de falar do pedagógico, pois tudo isso a que me refiro está dentro do ambiente pedagógico, o ambiente educacional. E nesse sentido eu faria uma referência ao velho Paulo Freire, que diz que o ambiente educativo de ensino e aprendizagem é muito importante. Ele falava da educação bancária, onde o professor está tentando reproduzir conteúdos para o aluno, de uma forma acrítica. Porque essa coisa de decorar não é uma boa. Decora-se aquele monte de coisas que não se sabe o que é e não se entende; isso não é compreensão verdadeira, é uma atividade de adestramento. Paulo Freire estava se referindo a isso: que o ambiente pedagógico deve ser de diálogo e não de imposição; um ambiente de construção do conhecimento e não de imposição do conhecimento. Outro par

dialético, digamos assim, que poderia ser pensado, é a resolução de problemas e problematização de conteúdos. Porque resolver problemas é importante, mas se resolvermos os problemas de uma forma mecânica provavelmente iremos repetir todos os mesmos erros. Paulo Freire lembrava um pouco essa ideia: vamos problematizar: se estamos discutindo o lixo, não precisamos saber quem tem que fazer aterro sanitário e colocar as camadas corretamente; temos que saber de onde vem o lixo e porque as pessoas consomem tanto. Enfim, temos que tentar ir às causas, para que aos educandos e aos alunos as fichas possam ir caindo e não ficar uma coisa do tipo de fora para dentro.

Bárbara: Aproveitando esse gancho pedagógico, você poderia apontar algumas práticas que poderiam ser desenvolvidas dentro da perspectiva crítica da educação ambiental?

Gustavo: Uma alternativa que não é nenhuma novidade, mas que acho interessante é fazer um diagnóstico do entorno, seja da própria escola, seja do bairro, então o professor pode sair com os alunos da sala de aula e ir conhecer o seu entorno, considerando essa relação sociedade e ambiente. O aluno dentro da escola pode estudar como a natureza é, até mesmo sem sair da sala; ele pode observar os elementos que estão ali: cimento, tijolo, lâmpadas e ir discutindo, problematizando também de onde isso vem? Como é que isso é transformado? Como é que trabalham as madeireiras e as indústrias de cimento? Será que o tipo de trabalho que eles fazem, associado com outra prática possível que pode ser convidar um operário de uma fábrica de cimento para ele contar como é a vida dele, a que horas ele chega, a que horas sai, se a saúde dele é boa, como é o seu trabalho, se é estimulante ou monótono, se sobra algum tempo para fazer outra coisa. Nisso de convidar pessoas, podem conhecer tanta gente interessante.

Podem chamar quem trabalha com madeira, podem convidar artesãos. Achei interessante uma experiência que uma colega teve na Espanha: eles aproximavam as crianças dos idosos e convidavam, a cada período, não sei se mensal ou semanal, um idoso aposentado que iria falar da sua vida. De uma forma resumida ele diria o que fez. Achei essa ideia legal porque aproxima, pois a nossa sociedade está muito dividida em gerações. Voltando para aquela ideia do bairro, o diagnóstico será obtido do que está sendo conversado com os mais jovens, da sua visão e do que foi ouvido dos mais velhos. Aí teremos ideia do que mudou.

Bárbara: Uma alternativa que pode resgatar a origem, estudar mudanças e buscar soluções para os problemas do bairro, correto?

Gustavo: Por aí. Esse bairro era assim, aqui tinha uma matinha, depois derrubaram para fazer isso e aquilo. Essa é uma ideia que acho fértil: explorar a

história do lugar, da rua, do bairro, desde os aspectos físicos, do ponto de vista geográfico, de como é o relevo, se tem algum rio que passa ali, se esse rio está vivo, se foi assoreado ou não, qual a qualidade da sua água, se ela está poluída porque tem alguma fábrica de onde o esgoto segue direto. No sentido de uma problematização dessas situações que estão lá mesmo, ver se é uma zona rural ou se é urbana e explorar isso. Depois, se é um bairro operário ou se é de classe média, ver também o aspecto da classe social: as pessoas que vivem ali como ganham a vida? Quais são os conflitos que existem naquela região e quais os principais problemas que existem no bairro. Será que está precisando de uma praça? O posto de saúde não funciona? Enfim, acho que muita coisa pode ser explorada.

Bárbara: O diagnóstico socioambiental também foi apontado por outros pesquisadores entrevistados por mim.

Gustavo: Outra possibilidade são parcerias com a comunidade, que também tem uma relação com a ideia anterior, que seria a procura de parcerias através de uma horta, ou através do esporte com o uso da escola no fim de semana. Para debater os problemas da comunidade, eventualmente convidar um vereador ou um prefeito. Fazer oficinas de arte, integrar um pouco os moradores. Outra sugestão que já mencionei é convidar pessoas e profissionais de diferentes origens, claro de uma maneira relacionada ao conteúdo que está sendo trabalhado, se é mais da geografia ou mais da biologia.

Coincidentemente tenho uma irmã que é sócia de uma escola privada e tem uma orientação interessante. Eventualmente ela faz pesquisas simplificadas e eu estava me lembrando de algumas coisas: de um assentamento de reforma agrária; de quando fomos visitar os índios Pankararus no interior de Pernambuco e de quando fomos a uma fábrica, ou a uma unidade de conservação. Outro dia ela me falou de uma pesquisa sobre clima que executaram observando pontos da cidade; eles fizeram medições de temperatura e umidade em diferentes bairros, observaram bem os resultados e perceberam que existem bairros onde as ruas são mais arborizadas e que esses bairros diferem de outros lugares, e chegaram a conclusões interessantes. Acho que esses seriam alguns exemplos, algumas possibilidades.

Bárbara: Ao tempo em que agradecemos sua preciosa colaboração ao prestar esclarecimentos sobre o tema, nesse momento abrimos espaço para suas considerações finais.

Gustavo: Há uma questão a qual respondi e quero reiterar: a *práxis* é a uma relação dialética, entre teoria e prática. Sobre a prática em primeiro lugar, o que é que nós fazemos? Por que fazemos? Quais são os resultados da nossa prática? Enfim, isso vai apontar para a teoria e ela, por sua vez, com uma relação dialética,

vai pedir, por prática, que seja experimentada a teoria; vamos ver se essa teoria de fato funciona, se reflete a prática por um lado e se por outro lado experimenta a teoria. Penso que a *práxis* é impossível sem diálogo. Para haver diálogo creio que é preciso também haver relações horizontais, relações de participação; é preciso que alguém ouça. Não posso falar tudo na mesma hora e também não pode um falar e o outro não dizer nada. É preciso, para que haja a *práxis*, aceitar aquilo que é diferente de nós e esse é um dos gargalos: aceitar a diferença. Acho também que a abertura para o que é novo e para o que é desconhecido, (porque nem sempre se chega a lugares ou a conclusões que se esperava) se nós não tivermos cuidado, vamos negá-las, seja porque aquilo assusta ou porque aquilo foge do conhecido. Isso acontece muito em pesquisa, muitas vezes se tem uma hipótese e chegando ao fim, dá tudo diferente, aí é preciso ter uma honestidade intelectual de dizer não; ele negou a minha suposição, mas nem por isso é inválido.

Bárbara: “Resultado negativo”, também é resultado, não é?

Gustavo: Exatamente. Nesse sentido, um dos desafios que a educação nos coloca é fazer-nos vislumbrar a novidade e isso é muito difícil, porque normalmente operamos mentalmente a partir daquilo que já conhecemos e quando um problema é novo a resposta velha não funciona. Aí temos que nos ampliar internamente para podermos aceitar e elaborar aquilo. Ou seja, essa questão do aprender está ligada em si com o deslocamento do olhar: podermos olhar as coisas, os objetos, diferentemente do que estamos habituados, olhar com certo estranhamento.

Temos outro exemplo e vou finalizar com ele: há um ou dois anos fui visitar um projeto em Blumenau, Santa Catarina, lá no Vale do Itajaí. Um projeto de educação ambiental realizado pelas pessoas da FURG, que é a Universidade de lá, que depois se tornaram minhas amigas. E lá uma coisa me surpreendeu muito favoravelmente. O Rio Itajaí tem enchentes periódicas e isso traz um prejuízo enorme e o que fui visitar era a constituição da bacia do Rio Itajaí. Essas pessoas estavam procurando uma forma coletiva de gerenciar o rio e para isso precisavam incluir todo mundo: os ricos, os pobres, os governantes e os governados. Eu achei essa articulação muito significativa, porque eles tinham diálogos com o prefeito, com os deputados, e em vários municípios, com os secretários de meio ambiente, com os produtores rurais, com toda a população. Esse grupo de universitários tinha uma professora que era coordenadora, eles tinham aulas formais sobre determinados temas, sempre orientados pela ideia da gestão do rio e de que o rio está ligado com a comunidade. Eles trabalharam no sentido de dar assessoria para a constituição de leis ambientais para municípios pequenos que não as tinham, para a constituição de órgãos ambientais para onde não existiam, para a formação de viveiros de mudas, para a recuperação de mata ciliar. Essa experiência me chamou a atenção por isso, foi

muito complexa, com múltiplas atividades, uma diversidade enorme de autores e eles chegaram a um resultado muito interessante. Claro que não resolveram completamente, mas eles promoveram uma revitalização geral, que considero um exemplo.



Revista
Ciências & Ideias